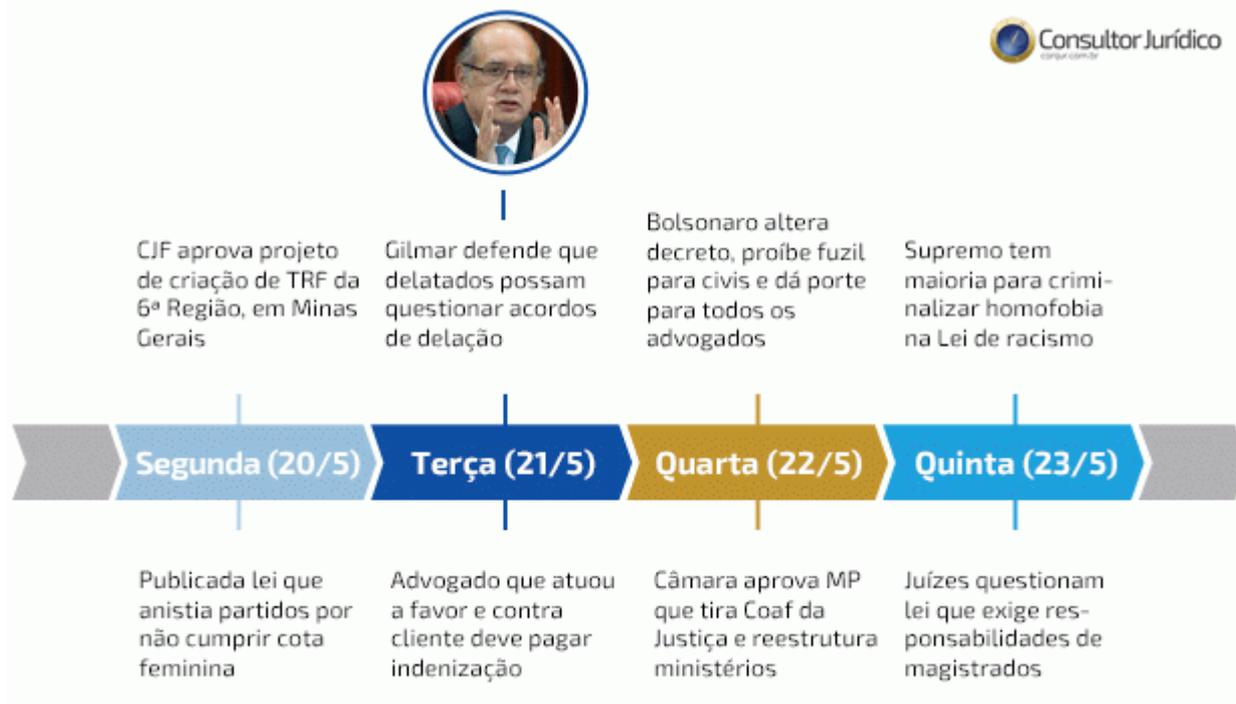


## Possibilidade de delatados questionarem acordos foi destaque

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal está prestes a [reabrir a possibilidade](#) de delatados questionarem acordos de colaboração premiada. O caso concreto dá muitos dos argumentos a favor da rediscussão de um precedente de 2015 do Plenário.

Para o relator do HC, ministro Gilmar Mendes, em casos de manifesta ilegalidade no acordo, os atingidos por ele devem poder ir ao Judiciário, que deve agir para garantir os respeitos a direitos fundamentais e ao princípio da segurança jurídica.

No caso analisado, o ministro afirmou que as práticas do Ministério Público são "claramente temerárias e questionáveis" e colocaram em risco a persecução penal. "Devemos, então, perceber como a atuação segue e punir



### Quebra de sigilo

É solidária a responsabilidade da União, dos estados e dos municípios para pagar remédios de alto custo e tratamentos médicos oferecidos pela rede pública. Foi o que [definiu](#) o Plenário do Supremo Tribunal Federal, reafirmando sua jurisprudência. A decisão foi tomada em quatro recursos com repercussão geral reconhecida, mas o tribunal ainda não definiu qual tese deve ser aplicada pelas instâncias inferiores.

### Porte de armas

Em resposta às críticas e questionamentos, o presidente Jair Bolsonaro decidiu publicar um novo decreto sobre posse e porte de armas, alterando o anterior. Se por um lado ele resolveu algumas questões, como

a proibição do porte de fuzis por civis, por outro lado ele despertou novas críticas ao permitir a posse de armas por todos os advogados.

Ao [alterar](#) o contestado decreto que ampliou a posse e o porte de armas, Bolsonaro passou a permitir que [todos](#) os advogados tenham porte de arma. No texto anterior, o porte era restrito aos advogados públicos.

A profissão foi inserida entre as atividades de risco que autorizam o porte. **Luiz Flavio Borges D'Urso**, advogado criminalista e ex-presidente da OAB-SP, considera essa autorização um equívoco.

"Sinceramente, não acredito que armar os advogados e uma legião de brasileiros, em massa, resulte em redução da criminalidade no país." Em seu cálculo, de imediato, o decreto já permite o porte a 1 milhão de advogados, e esse número pode chegar a 4 milhões se o governo acabar com o Exame de Ordem, como já disse que pretende.

## Frase da semana

Sem juízes independentes, não há cidadãos livres. Por isso mesmo, a despeito de tudo, a intolerância foi processualizada perante o Senado com essa absurda denúncia formulada contra quatro integrantes desta corte, porque exercendo o seu dever jurisdicional formularam razões absolutamente compatíveis com a ordem constitucional."

Celso de Mello, ministro do STF, ao [criticar](#) pedidos de *impeachment* de ministros

## Entrevistas da semana



Estamos engrandecendo o encarceramento sem nenhum impacto na

criminalidade. E parte significativa desse encarceramento é responsabilidade dos juízes.

É o que mostra a tese de doutorado do juiz Marcelo Semer. Em [entrevista](#) à **ConJur**, ele afirma que o fenômeno pode ser explicado com dois conceitos: pânico moral e estado de negação. No primeiro, os juízes veem no tráfico, um dos objetos de estudo, o pilar da grande criminalidade. Assim, quando se depara com condutas pequenas, o juiz continua a fixar penas altas e recusar minorantes.

## Ranking

ConJur



**2,3 milhões**

número de visualizações  
de página na ConJur



**1,1 milhão**

número de visitantes  
na página

Fonte: Google Analytics

Com 44,5 mil acessos, a [notícia mais lida](#) é sobre a decisão do

ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, que liberou para julgamento recurso que discute a constitucionalidade da cobrança de adicional de 10% nas multas de FGTS em caso de demissão sem justa causa.

O julgamento do processo, que tem repercussão geral reconhecida, ainda não tem data para acontecer. No recurso, a Intelbras alega que a cobrança é indevida pois sua finalidade já foi atingida em 2007. Além disso, aponta que a Caixa Econômica Federal afirmou, em ofício, que a arrecadação da contribuição está sendo remetida ao Tesouro Nacional, uma vez que as contas do FGTS já não são mais deficitárias.

Com 23,5 mil acessos, o [segundo texto mais lido](#) foi sobre a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, na qual ele determinou que, se o decreto de prisão preventiva for ilegal, deve ser revogado mesmo que o acusado esteja foragido. Segundo o ministro, embora a fuga seja argumento relevante, se outras medidas cautelares são suficientes para garantir a aplicação da lei, a preventiva deve ser cassada.

### As dez mais lidas

[Marco Aurélio libera recurso sobre adicional de 10% na multa de FGTS](#)

[Se for ilegal, prisão preventiva de foragido pode ser revogada, diz Gilmar Mendes](#)

[Novo decreto autoriza porte de arma para todos os advogados](#)

[TJ-RS não reconhece união estável que durou apenas oito meses](#)

[STJ divulga 11 teses sobre responsabilidade civil por dano moral](#)

[Justiça do Paraná derruba censura a reportagens sobre delegada da "lava jato"](#)



---

[Execução fiscal pode ser redirecionada sem desconsideração da pessoa jurídica, diz STJ](#)  
[BandNews FM indenizará delegado da PF em R\\$ 100 mil por chamá-lo de petista](#)  
[Gilmar defende que delatados possam questionar acordos de delação premiada](#)  
Coluna "Senso Incomum": [Lawtechs, startups, algoritmos: Direito que é bom, nem falar, certo?](#)

### **Manchetes da Semana**

[Caso no Paraná mostra inconveniência de blindar delações contra questionamentos](#)  
[Juízes do Trabalho questionam lei que exige responsabilidades de magistrados](#)  
[Prisão preventiva pode ser decretada por meio de cautelar inominada, afirma STJ](#)  
[Prerrogativa de função não abrange atos de mandato anterior de prefeito, decide STJ](#)  
[Responsabilidade por fornecimento de remédios é solidária, decide Supremo](#)  
[STJ reconhece litispendência entre ações coletivas propostas por partes distintas](#)  
[Gilmar defende que delatados possam questionar acordos de delação premiada](#)  
[Para atenuar pena, basta que confissão esteja em ata do tribunal do júri, decide STJ](#)  
[Execução fiscal pode ser redirecionada sem desconsideração da pessoa jurídica, diz STJ](#)  
[CJF aprova projeto de criação de Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Minas](#)  
[Estado deve pagar exame de DNA em casos de Justiça gratuita, decide STJ](#)  
[Jurisprudência do STJ delimita conceito e punições por litigância de má-fé](#)  
[Entrevista Marcelo Semer: Estamos engrandecendo o encarceramento sem nenhum impacto na criminalidade](#)  
[Culpa de advogado por atos de substabelecido deve ser provada, diz STJ](#)  
[Fux cassa decisão do TJ-SP que cobrava IPTU da concessionária do porto de Santos](#)  
[Para 3ª Turma do STJ, crédito de FGTS não se sobrepõe a honorários advocatícios](#)  
[Se for ilegal, prisão preventiva de foragido pode ser revogada, diz Gilmar Mendes](#)

### **Date Created**

25/05/2019